

**ATA DA 662ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
AMPLIADA DO CONSELHO FEDERAL DE
ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 30 E 31
DE JANEIRO DE 2015, EM BRASÍLIA-DF.**

PARTICIPANTES: Economistas Paulo Dantas da Costa, Presidente, e os Conselheiros Federais: Antônio Melki Júnior, Celina Martins Ramalho, Eduardo José Monteiro da Costa, Eivaldo Lopes do Vale, Fábio José Ferreira da Silva, Francisco Assunção e Silva, Jin Whan Oh, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Luiz Amaral Machado, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Nelson Pamplona da Rosa, Odisnei Antônio Béga, Paulo Hermance Paiva, Paulo Salvatore Ponzini, Róridan Penido Duarte e Sebastião Demuner. Presidentes ou Vice-Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia: José Antônio Lutterbach Soares (RJ), Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos (SP), Wilson Roberto Villas Boas Antunes (SP), Ana Cláudia Arruda Laprovitera (PE), Everton André Batista Lopes (RS), Virgílio Pacheco de Araújo Neto (BA), Sérgio Guimarães Hardy (PR), Paulo Roberto Polli Lobo (SC), Allisson David de Oliveira Martins (CE), Rosivaldo Batista (PA), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (MG), Carlos Eduardo de Freitas (DF), Maurílio Procópio Gomes (AL), Marcus Anselmo da Cunha Evangelista (AM), Márcia Olentina Borges (MT), Valmir Vasconcelos Seguintes Araújo (MA), José Carlos Oliveira de Sousa (SE), Eduardo Reis Araújo (ES), Antônio Eurípedes de Lima (GO), Roberto Máximo de Lima (RN), José Áureo Mendes Torres (MS), Martinho Leal Campos (PB), Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (PI), Lucas Araújo Carvalho (AC), Júlio César Ramos Nogueira (RO), Maria do Socorro Erculano de Lima (TO), Vanderci de Oliveira Firmino (AP) e Florêncio Costa de Melo (RR). Participaram, ainda, o Superintendente José Carlos de Godoy Júnior, a Coordenadora de Apoio ao Sistema Aline Tales Ferreira, o Procurador Chefe Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, as Advogadas Marília Andrade Rosa Abrantes e Susana Souza Oliveira, o Contador Antonio Tolentino, a Economista Maria Aparecida Carneiro, o Jornalista Manoel José Castanho, o Assessor de Imprensa Solon Dias da Silva, o Assistente Administrativo Daniel Nunes de Oliveira, a Auxiliar Administrativa Jane Lopes da Silva e a Secretária da Sessão Ana Cláudia Ramos Pinto. Estava presente, também, o Economista Carlos Roberto de Castro como interventor do Corecon-MT.

1. ABERTURA DA REUNIÃO: **1.1. Apresentação de Justificativas de Ausências e Votação:** Presidente do Corecon-RS, Fernando Ferrari Filho, substituído pelo Vice-Presidente Everton André Batista Lopes; Presidente do Corecon-BA, Gustavo Casseb Pessoti, substituído pelo Vice-Presidente Virgílio Pacheco de Araújo Neto; Presidente do Corecon-SC, Nelci Moreira de Barros, substituído pelo Vice-Presidente Paulo Roberto Polli Lobo; Presidente do Corecon-PB, Zélia Maria de Almeida, substituída pelo Vice-Presidente Martinho Leal Campos; Presidente do Corecon-AC, Alessandro Callil de Castro, substituído pelo Vice-Presidente Lucas Araújo Carvalho. Em votação as justificativas foram aprovadas.

2. DEBATE CONJUNTURA ECONÔMICA: **2.1. Tema:** A questão do desenvolvimento regional no Brasil e a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Palestrante convidada, Adriana Melo Alves, Secretária de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. Coordenação: Conselheiro Eduardo José Monteiro da Costa. O debate foi transmitido pela emissora TV Economista, pertencente à Ordem dos Economistas do Brasil.

3. ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DO ECONOMISTA PLS 658/2007. Relator: Presidente Paulo Dantas da Costa. O Presidente informou que o PLS foi arquivado devido ao decurso do tempo, duas legislaturas, mas o Cofecon está pleiteando o desarquivamento junto aos Senadores e, para tanto, são necessárias 27 assinaturas (1/3 de senadores). Solicitou aos Presidentes dos Regionais que busquem a assinatura de pelo menos um Senador do seu respectivo estado para adesão à solicitação de desarquivamento do PLS. Informou que depois de desarquivado o Projeto voltará para a Comissão de Assuntos Sociais.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

51 **4. MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA COFECON/CORECONS:** Relator: Presidente Paulo
52 Dantas da Costa. **4.1. Cadastro Nacional dos Economistas:** - Informou que atendendo o disposto na
53 Resolução 1.918, de 23 de agosto de 2014, o Cofecon consolidará as bases de dados eletrônicas dos
54 Conselhos Regionais relativas às pessoas físicas e jurídicas registradas, que comporão o Cadastro
55 Nacional dos Economistas, que será utilizado para: I. Apuração e divulgação de estatísticas do
56 Sistema Cofecon/Corecons; II. Aferição da consistência de dados contábeis e financeiros dos
57 Conselhos Regionais de Economia, inclusive no que diz respeito ao controle de arrecadação e repasse
58 de quota-parte e contagem de economistas em condição de voto; III. Dimensionamento, em tempo
59 real, da base de dados dos economistas do Brasil, inclusive a quantificação dos economistas em
60 condição de voto (ECV) para fins eleitorais previstos no art. 4º da Lei 6.537/1978; IV. Planificação e
61 acompanhamento por todo o Sistema das gestões do Conselho Federal e Conselhos Regionais; V.
62 Envio de correspondência ou comunicação institucional aos economistas registrados do interesse da
63 categoria. Salientou que a ferramenta também será importante para o sistema de eleição eletrônica
64 dos Corecons. Sobre o tema, o Presidente informou que os Corecons interessados em participar da
65 eleição eletrônica deverão contribuir com o valor dispendido para a eleição do ano anterior, uma vez
66 que a aquisição do software tem custo elevado e o Cofecon precisa de ajuda para arcar com esta
67 despesa visto que estão previstas também a reforma da nova sede e a satisfação de ação trabalhista.
68 Convocou os Regionais que ainda não estão utilizando a ferramenta *Siscafweb* a utilizarem com a
69 maior brevidade, pois só assim será possível a implementação total do Cadastro Nacional dos
70 Economistas. **4.2. Aplicação da nova legislação contábil do Sistema Cofecon/Corecons.** - O
71 Presidente explicou que se trata da necessidade de contratação da aquisição do novo *software*
72 contábil; - Apresentou a resposta da Secretaria do Tesouro Nacional onde foi solicitado que o próprio
73 Cofecon apresente cronograma próprio de implementação das novas regras contábeis; - Demonstrou
74 os custos envolvidos nesta operação; - Informou que o Cofecon solicitou ação do Fórum dos
75 Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas visando redução dos custos para contratação da
76 nova ferramenta contábil. **4.3. Ação judicial contra o Banco do Brasil.** O Presidente informou quais
77 as tratativas foram tomadas até então para sanar a questão dos descontos indevidos praticados pelo
78 Banco do Brasil na conta do Cofecon. **4.4. Atendimento às demandas do Cofecon.** O Presidente
79 solicitou aos Presidentes dos Conselhos Regionais que atendam de forma mais rápida às demandas
80 do Cofecon, visto que alguns Corecons demoram demasiadamente em responder ou não respondem
81 ao Federal quando questionados sobre assuntos diversos, o que gera atraso no cumprimento dos
82 prazos. **5. SUGESTÕES DOS CORECONS:** - Regulamentação por parte do Cofecon quanto ao
83 protesto em cartório das anuidades em atraso (Corecon-SE e Corecon-RN). O Presidente informou
84 que o assunto está na pauta desta Plenária. - Qual solução para aqueles conselhos regionais que não
85 possuem fiscal? Haverá algum tipo de ajuda por parte do Cofecon para regularizar essa situação,
86 tendo em vista que a atividade fim dos conselhos é a fiscalização do exercício profissional? (Corecon-
87 SE). O Presidente do Corecon-SE questionou a existência de um conselho regional que não tem fiscal
88 para que possa desempenhar sua atividade fim, visto que só existe uma faculdade de economia e os
89 concursos geralmente não pedem registro do profissional no órgão de classe. O Conselheiro Eivaldo
90 Lopes do Vale falou que é preocupante os novos presidentes assumirem os conselhos com esse
91 pensamento da necessidade de existência do conselho regional ter um fiscal para fazer a fiscalização,
92 que é lamentável ouvir isso. Lembrou que antes do fiscal o conselho já existe, e por si só é uma
93 entidade fiscalizadora. Salientou que há algum tempo o Corecon-AM não tinha fiscais e foi
94 desenvolvida a atividade entre os próprios conselheiros regionais, pois a atividade de fiscalização é
95 do Conselho Regional como um todo, não apenas do Agente Fiscal, sendo assim, é possível que o
96 Conselho na pessoa do Presidente ou do Conselheiro responsável pela fiscalização, exerça tal papel.
97 O Conselheiro Eduardo José Monteiro da Costa enfatizou que a fiscalização pode se dar por qualquer
98 economista, que assim acontece em outras profissões. - A não existência da ART para projetos
99 financiados pelo Bando do Nordeste, abaixo de R\$ 1.000.000,00 e também nos acima desse valor, e
100 cujos projetos podem ser assinados por outros profissionais (administradores, contadores e

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

101 engenheiros) em lugar do economista, tendo em vista que a legislação do Banco permite esse
102 procedimento. Posicionamento do Cofecon quanto ao Ofício 502/2014, enviado em 17.11.2014, que
103 trata da dispensa de apresentação de Projeto de Viabilidade Econômico-Financeira para crédito à
104 micro e pequena empresa, por parte do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (Corecon-CE e Corecon-
105 RN). O Presidente do Corecon-RN falou da não exigência de ART sobre os projetos financiados pelo
106 Banco do Nordeste com valor abaixo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Informou que isso
107 decorre de mudança operacional do Banco, que utilizou um *escore* para calcular os limites, que
108 inclusive tornou o processo mais célere. O presidente do Corecon-CE complementou dizendo que o
109 intuito do banco seria beneficiar as micro e pequenas empresas. Aconselhou que se espere a
110 confirmação da nova diretoria do Banco para entrar com pedido de obrigatoriedade da ART, que tem
111 como objetivo dar maior segurança à concessão do crédito do Banco, bem como arrecadar taxas aos
112 Conselhos Regionais. - Alteração das regras de registro remido, ao invés do filiado ficar sem pagar
113 nada, passar a pagar pelo menos 10% do valor da anuidade, tomando por base o modelo já adotado
114 pelo Crea-RN, que é concedido o desconto de 90% da anuidade para profissionais do sexo masculino,
115 a partir de 65 anos de idade ou com 35 anos de contribuição ao Conselho; profissionais do sexo
116 feminino, a partir de 60 anos de idade ou com 30 anos de contribuição ao Conselho. É evidente que
117 a nomenclatura para essa modalidade não poderia ser Registro Remido, tendo em vista que o
118 profissional ainda continuará pagando algum valor (Corecon-RN). O Presidente considerou que a
119 remissão é figura que extingue o crédito tributário, conforme dispõe o artigo 156, IV do Código
120 Tributário Nacional. Seria necessária uma mudança completa no ordenamento jurídico neste
121 particular, para transformar o que hoje é posto como remissão para desconto, aí apelando para o art.
122 2º da Lei 12.514/2011. O Presidente do Corecon-RN solicitou que fosse realizada pelo menos
123 consulta jurídica para verificar a possibilidade da implementação da sugestão, uma vez que a
124 população de economistas está envelhecendo e mesmo que pareça pequena, seria uma contribuição
125 significativa ao longo do tempo. O Presidente falou que solicitará ao Setor Jurídico do Cofecon
126 manifestação sobre o assunto. - Recuperação de crédito - possibilidade de retorno (Corecon-PA): O
127 Presidente informou que o assunto será apresentado ao Plenário do Conselho Federal nesta reunião.
128 - Ponto de nivelamento do Regional (Corecon-PA): O Presidente do Corecon-PA disse que ao
129 verificar o ponto de nivelamento daquele regional foi surpreendido com o resultado que servirá de
130 base para a realização da política de gestão daquele regional. Faz então um apelo para que o Recred
131 seja aprovado, pois é ferramenta fundamental para captação de crédito e equilíbrio das contas do
132 Corecon-PA. Ofereceu a pesquisa aos demais Presidentes de regionais por considerar o ponto de
133 nivelamento instrumento importante para auxiliar a política de gestão a ser adotada. O Presidente
134 solicitou que o Presidente do Corecon-PA informasse como chegou ao valor apresentado, quando
135 então foi informado que se pegou a média do custo de 2011 a 2014, o valor da anuidade de 2015,
136 onde se estabeleceu, depois, quantos economistas adimplentes são necessários para manutenção dos
137 serviços. O Presidente determinou que o estudo seja encaminhado aos demais Corecons. - Criação do
138 Programa Nacional de Economistas Solidários (Corecon-TO): O Presidente passou a palavra o
139 Presidente do Corecon-AM que explicou como se deu o início do projeto no Estado. O projeto dos
140 Economistas Solidários do Estado do Amazonas teve início no ano de 2013 e consiste em práticas
141 econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas
142 com autogestão, redes de cooperação, entre outras. O grupo Economistas Solidários surgiu de ideia
143 da então Conselheira Denise Kassama, que entendeu ser possível utilizar os conhecimentos
144 econômicos em favor das práticas solidárias. A ideia foi imediatamente aceita pela diretoria do
145 Corecon-AM e o grupo se formou fazendo reuniões mensais dentro da Plenária do Corecon. O
146 trabalho do grupo consiste em apoiar projetos de economia solidária por meio de orientações técnicas
147 e treinamentos nas comunidades onde estão sendo desenvolvidas. Não se trata de desenvolver ideias
148 para a geração de renda, pois isso deve ser de iniciativa de um coletivo específico com base em sua
149 própria realidade; entretanto, para que essa ideia tenha mais chance de se tornar de fato uma ação e
150 gerar resultados, se faz necessária a união da iniciativa coletiva com a cooperação técnica dos

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

151 economistas solidários. Atualmente participam do grupo economistas, estudantes de economia, e
152 profissionais de diversas áreas, conforme a necessidade de cada projeto. Desde o início da atividade
153 os Economistas Solidários já atuam para projetos de catadores de resíduos sólidos, grupo de
154 costureiras, bancos sociais e associações de artesãos. Essa atividade trouxe além do papel social uma
155 repercussão muito positiva não só na imprensa como dentro do próprio grupo com o qual se atua. A
156 Presidente do Corecon-TO considerou que esse projeto tem o componente da valorização da profissão
157 de economista porque nacionalmente os economistas são vistos atuando apenas na área financeira,
158 principalmente quando se fala de ajuste fiscal, e assim é possível mostrar que o economista tem a
159 capacidade de atuar em várias áreas que a sociedade no geral não tem esse conhecimento do nosso
160 papel. O Presidente sugeriu o encaminhamento de expediente a todos os Corecons apresentando a
161 experiência do Corecon-AM e Corecon-TO, para que aqueles interessados em propagar a ação em
162 seus estados tenham como base os projetos desses estados. A Presidente do Corecon-PI fará um
163 projeto para divulgação dos Economistas Solidários. O Conselheiro Luiz Alberto de Souza Aranha
164 Machado questionou a efetividade da Campanha do Dia do Economista realizada em agosto. Sugeriu
165 que no lugar de confecção de cartazes e inserção em mídia que fosse preparado material de divulgação
166 da profissão em escolas, fóruns e outros eventos em que participam. - Execução da “Patrulha Fiscal”
167 em 2015 (Corecon-TO): abordado no segundo item. - Participação do Cofecon no Observatório Social
168 do Brasil (Corecon-TO): A Presidente do Corecon-TO esclareceu que o Observatório Social do Brasil
169 é uma instituição da sociedade civil que acompanha as contas públicas dos municípios e tem a função
170 de fiscalizar com o objetivo de melhorar a gestão do gasto público. O projeto piloto é o de Maringá-
171 PR. Deu como exemplo a conferência do custo de canetas distribuídas na rede pública, com isso
172 houve um melhoramento na licitação daquele item e posterior economia. O trabalho se dá de acordo
173 com a disponibilidade dos voluntários, sendo assim, nem todos os itens são analisados. Após
174 exposição da Presidente do Corecon-TO, ficou definido que o Cofecon fará contato com o
175 Observatório Social do Brasil visando oferecer a cooperação do Sistema Cofecon/Corecons com as
176 ações do Observatório. **6. OUTROS ASSUNTOS:** O Presidente do Corecon-AM informou que o
177 Regional recebeu o certificado ISO 9001. Na oportunidade o Conselheiro Erivaldo Lopes do Vale
178 propôs moção de aplauso ao Conselho Regional de Economia da 13ª Região. **7.**
179 **ENCERRAMENTO:** Às 16h do dia 30 de janeiro de 2015 a Sessão Plenária com a participação dos
180 Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia foi encerrada. **1. ABERTURA DA 662ª SESSÃO**
181 **PLENÁRIA:** Às dezesseis horas e trinta minutos do dia trinta de janeiro de 2015, em Brasília-DF, o
182 Presidente do Cofecon, Economista Paulo Dantas da Costa iniciou os trabalhos da Sexcentésima
183 Sexagésima Segunda Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de economia, sem a presença
184 dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. **1.1. Apresentação de justificativas de**
185 **ausências e votação.** O Conselheiro Fábio José Ferreira da Silva participará apenas do segundo dia
186 de reunião devido compromissos profissionais. Em votação a ausência do Conselheiro no primeiro
187 dia foi aprovada. **2. EXPEDIENTE: 2.1. Ata da Sessão Plenária anterior:** leitura, emendas e
188 aprovação da 661ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de
189 2014, em Brasília-DF. Após os ajustes sugeridos a ata foi aprovada. Deixaram de votar os
190 Conselheiros Antônio Melki Júnior, Jin Whan Oh, Paulo Hermance Paiva e Paulo Salvatore Ponzini,
191 pois não estavam presentes na Plenária anterior. **2.2. Informes da Presidência: Apoio Institucional**
192 **- Participação em Eventos:** Presidente Paulo Dantas da Costa: - Participou junto aos Conselheiros
193 Nei Jorge Correia Cardim e Virgílio Pacheco de Araújo Neto na Universidade Católica de Salvador
194 (UCSAL), de reunião com o Magnífico Reitor Pe. Maurício da Silva Ferreira, de Audiência para
195 tratar sobre a possibilidade de reabertura do curso de Economia. O Reitor ressaltou que há
196 possibilidade de reabertura do curso, inclusive faz parte dos planos da Universidade, porém informou
197 que antes do curso de Graduação será disponibilizado curso de Pós-Graduação em Economia,
198 6.1.2015 - Salvador-BA. - Participou da solenidade de posse da nova diretoria eleita do Corecon-MT,
199 oportunidade em que foi concluído o processo de intervenção no Regional, 9.1.2015 - Cuiabá-MT. -
200 Participou de audiência com o Diretor Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, da Diretoria de Política

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

201 Econômica - DIPEC do Banco Central, para tratar da solicitação de alteração do Manual de Crédito
202 Rural, 28.1.2015 - Brasília-DF. – Participou da 39ª Reunião Ordinária promovida pelo Fórum dos
203 Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), 27.1.2015 - Brasília-DF.
204 Conselheiros Federais: - Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva representou o Cofecon em
205 evento organizado pela Codeplan sobre a divulgação do Índice de Desempenho Econômico do
206 Distrito Federal (IDECON-DF) referente ao 3º trimestre de 2014, 18.12.2014 - em Brasília/DF.
207 Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva representou o Cofecon em evento promovido pela
208 CODEPLAN e CEASA acerca da análise dos resultados do IPCA/DF e Índice de preços da Ceasa de
209 dezembro de 2014, 9.1.2015 - Brasília/DF. **2.3. Informes dos Coordenadores de Comissão**
210 **Temática e Conselheiros Federais**: Conselheiro Eduardo José Monteiro da Costa informou que está
211 aberto edital para seleção de doutorado em Economia do programa de Pós-graduação em Economia
212 da Universidade Federal do Pará. Sua importância se dá por ser o primeiro curso de doutorado da
213 Pan-Amazônia, envolvendo os sete países da Amazônia. Recebeu convite do Governador do Estado
214 do Pará para assumir a Fundação Amazônica de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará. O Governo
215 passou por reforma administrativa e a Fundação também incorporou o Instituto de Desenvolvimento
216 Econômico e Social do Estado do Pará. A Fundação de um lado fomenta a pesquisa, a formação, com
217 bolsa da iniciação científica de mestrado e doutorado e tem papel no planejamento do Estado do Pará
218 na medida em que participa da elaboração do PPA que se refere ao diagnóstico econômico do Estado,
219 mas principalmente na construção e monitoramento dos indicadores do Estado. - Conselheiro
220 Erivaldo Lopes do Vale sugeriu moção de aplauso pela conquista do Conselheiro Eduardo Monteiro
221 da Costa pelo cargo atualmente ocupado. - Conselheiro Antonio Melki Júnior questionou a Resolução
222 referente às eleições eletrônicas quanto ao formato a ser adotado, visto que o discutido anteriormente
223 é que as eleições seriam realizadas pelos Conselhos Regionais e agora está disposto uma centralização
224 no Federal e a legislação diz que a eleição deve ser feita pelos regionais. O Federal só assume a
225 eleição quando há a exceção de anulação de uma eleição no regional. - Conselheiro Paulo Hermance
226 Paiva agradeceu a oportunidade de fazer parte do Plenário do Cofecon colocando-se à disposição para
227 contribuir com o sucesso da profissão. - Conselheiro Jin Whan Oh registrou sua satisfação de retornar
228 ao Plenário do Cofecon. Ressaltou suas opiniões quanto ao processo de eleição, sabendo da evidente
229 responsabilidade e autonomia dos Corecons e disse que isso não impede que seja realizado estudo de
230 um processo operacionalmente mais eficiente, compartilhado e discutido em consenso com os
231 Corecons. Instituir um processo comum em prol da eficiência em nada conflita com a questão de
232 invasão de autonomia de cada Corecon. - Conselheiro Róridan Penido Duarte acrescentou que a
233 eleição será operacionalizada pelo Cofecon, mas a condução dos trabalhos se dará pela comissão
234 eleitoral que tem autonomia para tal. - Conselheiro Paulo Salvatore Ponzini disse de sua satisfação
235 de estar como conselheiro efetivo, colocando-se à disposição principalmente no tocante à parte de
236 gestão. **3. ORDEM DO DIA**: - O Presidente pediu inclusão na pauta do item **Alteração do tema do**
237 **XXI CBE**, que seria “O Capital no Século XXI: apropriação e a distribuição da riqueza nas
238 sociedades”. Esclareceu que esse tema remete ao título do livro de Thomas Piketty. O autor foi
239 convidado para vir fazer a palestra magna, mas não virá. Diante do fato, a Comissão Organizadora
240 do CBE sugeriu que fosse submetido ao Plenário do Cofecon o seguinte tema: A apropriação e a
241 distribuição da riqueza nas sociedades. Após análise ficou decidido que o tema do XXI CBE será:
242 “Desigualdade no século XXI, geração e apropriação da riqueza”. - Moção de Aplauso proposta pelo
243 Conselheiro Erivaldo Lopes do Vale para o Corecon-AM em decorrência da conquista da ISO 9001.
244 Em votação foi aprovada. - Moção de Aplauso proposta pelo Conselheiro Erivaldo Lopes do Vale
245 para o Conselheiro Eduardo José Monteiro da Costa devido sua nomeação como Diretor-Presidente
246 da Fundação Amazônia Paraense de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). Em votação foi
247 aprovada. **3.1. Programa de trabalho para o exercício 2015 - Comissões permanentes e temáticas**
248 (Processo: 16.856/2015) - Relator: Presidente Paulo Dantas da Costa: O Presidente indicou os
249 coordenadores de cada comissão e os demais conselheiros se dispuseram da forma a seguir para
250 compor as comissões. 1. Comissão de Tomada de Contas (Acompanhar as demonstrações de receita

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

251 e despesa do COFECON, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens
252 patrimoniais permanentes; Exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres
253 conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema
254 Cofecon/Corecon). Composição: Membros efetivos: Conselheiros José Luiz Amaral Machado
255 (Presidente), João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Pamplona da Rosa. Membros suplentes:
256 Erivaldo Lopes do Vale, Fernando da Silva Ramos Filho e Odisnei Antônio Béga. Interface no
257 Cofecon: Antonio Tolentino. 2. Comissão de Licitação (Efetivar os processos de aquisição de bens e
258 de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal 8.666/1993).
259 Membros efetivos: Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa (Presidente); Funcionárias Danielle
260 Costa Barbosa e Marília Andrade Rosa Abrantes. Membros suplentes: Conselheiro Sebastião
261 Demuner; Funcionários João Henrique Vieira Costa e Susana Souza Oliveira. Interfaces no Cofecon:
262 Danielle Costa Barbosa e João Henrique Vieira da Costa. 3. Comissão de Planejamento Estratégico,
263 Modernização e Qualidade de Gestão (Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do
264 Conselho com vistas ao fortalecimento operacional do Sistema. Aperfeiçoar o Setor de Tecnologia
265 da Informação - TI, com vistas à modernização da estrutura administrativa não só do Cofecon como
266 também do fortalecimento do próprio Sistema). Membros: Conselheiros Paulo Salvatore Ponzini
267 (Coordenador), Celina Martins Ramalho, Francisco Assunção e Silva, Jin Whan Oh; Superintendente
268 do Cofecon José Carlos de Godoy Júnior; Economistas Sérgio Guimarães Hardy e Carlos Roberto de
269 Castro. Interface no Cofecon: Aline Tales Ferreira Sette. 4. Comissão de Educação (Organizar e
270 promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de
271 Economia; Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as Universidades e com
272 as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio; Articular e
273 participar, juntamente com outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso
274 de economia no país). Membros: Conselheiros Celina Martins Ramalho (Coordenadora), Eduardo
275 José Monteiro da Costa, Jin Whan Oh, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Sebastião Demuner,
276 Valery Maineri König, Carlos Alberto Safatle, Maria de Fátima Miranda. Interfaces no Cofecon: Jane
277 Lopes da Silva, Ana Claudia Ramos Pinto e Daniel Nunes de Oliveira. 5. Comissão de Comunicação
278 e Eventos (Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecon e a
279 comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados; Revisar
280 os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar o Jornal e Revista do Cofecon).
281 Membros: Conselheiros Jin Whan Oh (Coordenador), Celina Martins Ramalho, Luiz Alberto de
282 Souza Aranha Machado, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Maria de Fátima Miranda; Superintendente
283 do Cofecon José Carlos de Godoy Júnior. Interfaces no Cofecon: Manoel José Castanho e Solon Dias
284 da Silva. 6. Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar (Acompanhar a aplicação de
285 normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecon. Revisar e atualizar a Consolidação da
286 legislação da Profissão do Economista. Acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso
287 Nacional que são do interesse dos economistas brasileiros, com apoio da assessoria parlamentar).
288 Membros: Conselheiros Róridan Penido Duarte (Coordenador), Antônio Melki Júnior;
289 Superintendente do Cofecon José Carlos de Godoy Júnior; Economistas Nei Jorge Correia Cardim,
290 Pedro Afonso Gomes e Carlos Roberto de Castro. Interfaces no Cofecon: Daniel Nunes de Oliveira
291 e Marcus Vilmon Teixeira dos Santos. 7. Comissão de Fiscalização e Registro Profissional
292 (Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as
293 condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional.
294 Apreciar e relatar os processos relativos à atividade fim de registro e fiscalização). Membros:
295 Conselheiros: Odisnei Antônio Béga (Coordenador), Paulo Hermance Paiva e Valery Maineri König.
296 Interfaces no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro, Ana Claudia Ramos Pinto e Marcus Vilmon
297 Teixeira dos Santos. 8. Comissão de Política Econômica (Pesquisar, discutir e promover a
298 participação efetiva dos economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na
299 economia mundial. Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e
300 avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

301 avanços e suas causas; Estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas
302 publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o
303 tema, com artigos elaborados pelos Corecons). Membros: Conselheiros: Francisco Assunção e Silva
304 (Coordenador), Antônio Melki Júnior, Fábio José Ferreira da Silva, Róridan Penido Duarte e Júlio
305 Flávio Gameiro Miragaya. Interfaces no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Jane Lopes da Silva.
306 **9. Comissão de Desenvolvimento Regional** (Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais
307 e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional; Promover a avaliação das políticas públicas
308 que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: planejamento territorial,
309 desenvolvimento regional e ordenamento territorial; Participar de eventos nacionais e regionais
310 relacionados ao tema do desenvolvimento regional). Membros: Conselheiros Eduardo José Monteiro
311 da Costa (Coordenador), Erivaldo Lopes do Vale, Paulo Hermance Paiva e Júlio Flávio Gameiro
312 Miragaya. Interfaces no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Jane Lopes da Silva. Em votação a
313 composição das comissões foram aprovadas. **3.2. Calendário de Sessões Plenárias e Eventos do**
314 **Sistema Cofecon/Corecons** (Processo: 16.850/2015) - Relator: Presidente Paulo Dantas da Costa. O
315 Presidente propôs calendário de eventos que foi analisado e sugeridas alterações. Por fim restou
316 decidido que os eventos ocorreriam nas seguintes datas: Janeiro: 29 - Solenidade de Posse da
317 Presidência e Conselheiros Federais; 30 e 31 - 662ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho
318 Federal de Economia (Brasília-DF). Março: 27 e 28 - 663ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho
319 Federal de Economia (Brasília-DF). Abril: 9 e 10 - Encontro dos Funcionários do Sistema
320 Cofecon/Corecons (Brasília-DF). Mai: 14 e 15 - IX ENAM - Encontro de Entidades de Economistas
321 da Amazônia Legal (Boa Vista-RR); 29 e 30 - 664ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal
322 de Economia (Brasília-DF). Julho: 31 - 665ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de
323 Economia (Brasília-DF). Agosto: 1º - continuação da 665ª Plenária; 6 e 7 - XX ENESUL - Encontro
324 de Economistas da Região Sul (Porto Alegre-RS). Setembro: 9 a 11 - XXI Congresso Brasileiro de
325 Economia (Curitiba-PR); 12 - 666ª Sessão Plenária Ampliada do Conselho Federal de Economia
326 (Curitiba-PR). Novembro: 27 e 28 - 667ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia
327 (Brasília-DF). Dezembro: 1º - Assembleia de Delegados Eleitores (Brasília-DF); 11 e 12 - 668ª
328 Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia (Brasília-DF). Os demais eventos não
329 têm data definida: V ENESUD - Encontro de Economistas da Região Sudeste (Rio de Janeiro-RJ);
330 XI ENEOESTE - Encontro de Economistas da Região Centro-Oeste (Cuiabá-MT); XXVIII ENE -
331 Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste. O Conselheiro Róridan Penido Duarte
332 questionou a data de 27 e 28 de novembro da 667ª Sessão Plenária Ordinária, visto que a Assembleia
333 de Delegados Eleitores está marcada para o dia 1º de dezembro, uma vez que alguns conselheiros
334 federais são também delegados eleitores. Para economia de passagens e diárias dos conselheiros que
335 serão delegados eleitores a Plenária deveria ser transferida para os dias 29 e 30 (domingo e segunda).
336 Houve votação específica para alteração da data da 667ª Plenária, sendo vencidos os Conselheiros
337 Eduardo José Monteiro da Costa e João Manoel Gonçalves Barbosa que queriam a alteração. Em
338 votação o calendário de eventos do Sistema Cofecon/Corecons foi aprovado. **3.3. Conciliações**
339 **judiciais e extrajudiciais no Sistema Cofecon/Corecons - III Programa Nacional de**
340 **Recuperação de Crédito** (Processo 16.855/2015) - Relator: Presidente Paulo Dantas da Costa. A
341 pedido de alguns regionais, devido ao alto índice de inadimplência dos registrados, o Presidente
342 colocou em pauta a criação do III Programa Nacional de Recuperação de Créditos, para autorizar os
343 Conselhos Regionais de Economia a promover conciliações com os devedores. A adesão ao programa
344 ficará a critério de cada Corecon e terá duração até 29.5.2015. Poderão ser inclusos os débitos
345 vencidos até 31.12.2014 de pessoas físicas ou jurídicas. Restou decidido, também, por sugestão do
346 Conselheiro Jin Whan Oh, que será vedada a participação daquele economista que já aderiu a
347 programas de recuperação de crédito anteriores. Em votação a proposta foi aprovada, tendo 12 votos
348 a favor, 3 contra dos Conselheiros Antonio Melki Junior, João Manoel Gonçalves Barbosa e José
349 Luiz Amaral Machado e 1 abstenção do Conselheiro Júlio Flávio Gameiro Miragaya. Estava ausente
350 da votação o Conselheiro Fábio José Ferreira da Silva. Todas as normas do III Programa estarão na

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

351 Resolução 1.923/2015. **3.4. Alteração do Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons**
352 **- normatização do protesto de títulos executivos extrajudiciais** (Processo 16.857/2015): Relator:
353 Presidente Paulo Dantas da Costa. O Presidente sugeriu a inclusão de dispositivos no Manual de
354 Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons, que contemple a possibilidade de protesto das Certidões
355 de Dívida Ativa - CDAs, nos termos da Lei 9.492/1997. A alteração é resultado de proposta realizada
356 no XXIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - SINCE. A proposta é incluir o Capítulo
357 VII no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução 1.853/2011,
358 a seguinte redação: “Art. 50. Ficam os Conselhos Regionais de Economia autorizados a protestar as
359 Certidões de Dívida Ativa - CDA’s, nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997” e “Art. 51. É da livre
360 iniciativa dos CORECONS a adoção do procedimento previsto no artigo anterior, devendo, para
361 aquele fim, firmar convênio com Tabelionatos de Protestos de Títulos da respectiva jurisdição”. Em
362 votação a proposta foi aprovada e será objeto da Resolução 1.924/2015. **3.5. Regulamento da V**
363 **Gincana Nacional de Economia** (Processo 16.858/2015) - Relatora: Conselheira Celina Martins
364 Ramalho. Nos moldes das versões anteriores, a Conselheira apresentou o regulamento da V Gincana
365 Nacional de Economia - 2015. O objetivo da gincana é: I - estimular a integração entre as Instituições
366 de Ensino de Ciências Econômicas e seus alunos de Economia; II - desenvolver e aplicar os conceitos
367 econômicos, conciliando a prática com a teoria; III - possibilitar aos participantes uma simulação na
368 administração restrita de variáveis macroeconômicas; e IV - proporcionar envolvimento dos
369 estudantes de Economia com as atividades dos Conselhos Regionais de Economia. As mudanças
370 significativas são em relação à quantidade de participantes, limitado a 3 duplas por Conselho Regional
371 e o valor das premiações, conforme segue: I - 1º lugar: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para
372 cada estudante, no total de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais); II - 2º lugar: R\$ 1.200,00 (um
373 mil e duzentos reais) para cada estudante, no total de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); e
374 III - 3º lugar: R\$ 600,00 (seiscentos reais) para cada estudante, no total de R\$ 1.200,00 (um mil e
375 duzentos reais). Em votação o regulamento da V Gincana foi aprovado e será objeto da Resolução
376 1.926/2015. **3.6. Regulamento da XXI Prêmio Brasil de Economia** (Processo 16.858/2015) -
377 Relator: Conselheiro Eduardo José Monteiro da Costa. O Conselheiro apresentou o regulamento do
378 XXI Prêmio Brasil de Economia - 2015 cujo objetivo é incentivar a investigação econômica em geral
379 e estimular economistas e estudantes de economia a desenvolverem pesquisas voltadas para o
380 conhecimento da realidade brasileira. Serão 5 as categorias: I - livro de economia; II - tese de
381 doutorado; III - dissertação de mestrado; IV - artigo técnico ou artigo científico; V - monografia ou
382 trabalho de conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas. As premiações se darão da
383 seguinte forma: I - categoria Livro - Economista: a) 1º lugar: R\$ 6.000,00; b) 2º lugar: R\$ 4.000,00;
384 c) 3º lugar: R\$ 3.000,00. II - categoria Tese de Doutorado - Economista: a) 1º lugar: R\$ 6.000,00; b)
385 2º lugar: R\$ 4.000,00; e c) 3º lugar: R\$ 3.000,00; III - categoria Dissertação de Mestrado -
386 Economista: a) 1º lugar: R\$ 5.000,00; b) 2º lugar: R\$ 3.000,00; e c) 3º lugar: R\$ 2.000,00. IV -
387 categoria Artigo Técnico ou Artigo Científico - Economista: a) 1º lugar: R\$ 3.000,00; b) 2º lugar: R\$
388 2.000,00; e c) 3º lugar: R\$ 1.000,00. V - categoria Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso
389 de Graduação em Ciências Econômicas - Estudante: a) 1º lugar: R\$ 3.000,00; b) 2º lugar: R\$
390 2.000,00; e c) 3º lugar: R\$ 1.000,00. Além disso, como inovação no regulamento, restou decidido que
391 na categoria livros “c) somente poderão concorrer livros que possuem ISBN - *International*
392 *Standard Book Number*, o qual identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e
393 a editora, individualizando-os inclusive por edição; d) não poderão concorrer edições revisadas ou
394 reformuladas de livros anteriormente contemplados como ganhadores no Prêmio Brasil de
395 Economia”. Em votação o regulamento do XXI Prêmio foi aprovado e será objeto da Resolução
396 1.925/2015. **3.7. Processos Administrativos**: Relator: Conselheiro Odisnei Antônio Béga. Deferiu
397 remissão de débito e indeferiu registro remido: Processo: 16.329/2014 (Corecon-SP), Interessado:
398 João Alfredo Caetano da Silva Neto. Indeferiu remissão de débito: Processo: 16.434/2014 (Corecon-
399 RJ), Interessado Luiz de Freitas Machado Júnior; Processo: 16.465/2014 (Corecon-RJ), Interessado:
400 Ronei Grimm; Processo: 16.467/2014 (Corecon-RJ), Interessada: Cátia Tavares dos Santos. Indeferiu

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

401 recurso de cancelamento de registro: Processo: 16.466/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Alexandre
402 Moreira Rocha; Processo: 16.482/2014 (Corecon-MG), Interessada: Aline Daniella da Silva;
403 Processo: 16.517/2014 (Corecon-RN), Interessado: Adenilson Rodrigues Filho. Deferiu recurso de
404 cancelamento de registro e remissão de débito: Processo: 16.414/2014 (Corecon-PI), Interessado:
405 Valentim Erasmo Marini; Processo: 16.583/2014 (Corecon-SP), Interessado: Claudio Antonio
406 Ribeiro; Processo: 16.331/2014 (Corecon-SP), Interessado: Balbino Romero Filho. Indeferiu recurso
407 de exercício ilegal da profissão: Processo: 16.288/2013 (Corecon-SP), Interessada: Solidez CCVM
408 Ltda.; Processo: 16.289/2013 (Corecon-SP), Interessada: BCV CCVM S.A. Em votação os processos
409 foram aprovados de acordo com o voto do Relator. Retirados de pauta os Processos 16.285/2013 e
410 16.286/2013. O Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa pediu vista do Processo 16.190/2013
411 (CORECON-RJ) da Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda. **4. PAUTA**
412 **COMPLEMENTAR: 4.1. Correspondências:** 4.1.1. Correspondências recebidas e expedidas: não
413 houve destaque. **5. OUTROS ASSUNTOS:** Não houve. **6. ENCERRAMENTO:** E nada mais
414 havendo a tratar, o Presidente do Cofecon, Econ. Paulo Dantas da Costa, agradeceu a presença de
415 todos e deu por encerrados os trabalhos às treze horas, dos quais eu, Ana Claudia Ramos Pinto, lavrei
416 a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Presidente da Sessão.
417 Brasília-DF, trinta e um de janeiro de dois mil e quinze.

418

419

420

421

422

ECON. PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente

ANA CLAUDIA RAMOS PINTO
Secretária *ad hoc*